

A Educação Superior e os desafios atuais da sociedade brasileira

Tema 5 - Concepção da Educação Superior no Brasil: Universidades e Institutos Federais, do XII Encontro Nacional do Proifes Federação

Autor: **João Augusto de Lima Rocha, delegado da APUB Sindicato**

Introdução

A questão central a examinar é se a educação superior brasileira encontra-se sintonizada, em determinado sentido, com as exigências essenciais da sociedade brasileira, e se existe algum mecanismo institucional capaz de enquadrar a questão, ao ponto de que a ação da universidade não escape ao interesse social.

São visivelmente grandes as distorções na educação superior brasileira, ao ponto de a política, nesse campo, estar se tornando, aos poucos, praticamente controlada pelo setor privado, porquanto ele é responsável por mais de 80% das vagas oferecidas. Financiada em grande parte pelo governo federal, o ensino superior privado comercial adquire uma dimensão extremamente exagerada e preocupante, na medida em que avança rapidamente a tendência monopolista, liderada por esquemas cuja preocupação central não é a educação, propriamente, mas os ganhos advindos do mercado financeiro. A empresa educativa explora fundamentalmente um *produto* fetichizado - o título de *doutor* -, que as famílias, em geral quase iletradas, admitem que se um de seus filhos o conquista, independentemente da qualidade do título, isto é um atestado de ascensão social. Portanto, a exploração da educação superior virou uma questão de *marketing* financeiro, tanto que a legitimação da instituição de ensino superior com ações em bolsa não está mais no número de prêmios científicos, culturais ou acadêmicos, *mas nos prêmios recebidos das bolsas de valores*, por conta da qualidade do atendimento aos investidores! Esta tese não tem a pretensão de esgotar o assunto mas, ao menos, advogar a necessidade urgente de que se organizem as bases, no movimento docente, para contribuir com sua discussão, visando a avaliação e controle da expansão indiscriminada de um setor cuja preocupação, cada vez mais, não é com a educação. Sob outro ângulo, acredita-se que o problema pode ser caracterizado como de segurança educacional, na medida em que uma ocasional *débauche* do sistema financeiro – o que, nem de longe, é improvável- pode levar a sucumbir uma significativa parte do ensino superior, prejudicando docentes, discentes e governo, enquanto os capitais se desviarão de rumo, na busca de praças mais rentáveis.

A educação, mais do que qualquer outra atividade, deve merecer contínua atualização, em razão da necessidade de que seja influenciada pelas mudanças cada vez mais rápidas da vida moderna. Dada a circunstância de ser a universidade o motor do processo de atualização contínua da educação, seria de esperar que analisássemos esse tema na atualidade. Antes disso, no entanto, cabe um exame do significado cultural da universidade no processo da construção nacional, que aqui será desenvolvido em linhas gerais.

Segue-se uma breve avaliação da evolução da instituição universidade, na qual se enfatiza o seu caráter dinâmico, no contexto da realidade cultural e política em que surgem os estados

nacionais, processo que leva a coalizões e enfrentamentos entre seus atores, que não se distinguem, em essência, do que ocorre na atualidade.

Destaca-se, também, que a evolução do ensino superior no Brasil, distintamente do que ocorreu na maioria das nações americanas, deu-se basicamente através da criação de instituições isoladas, muitas das quais foram se juntando, para a formação das universidades. A falta da concepção unificadora, em torno de um projeto integrado de universidade, é um dos graves defeitos que ainda persiste na construção do ensino superior brasileiro. O agravamento desse quadro é gritante, ao verificar-se o quanto as matrículas avançaram, particularmente nos dois mais recentes anos, em instituições de ensino com ações em bolsas de valores, cujo caráter notoriamente mercantilista introduz instabilidade e precarização do trabalho, no ambiente de elevada especulação financeira, agravada pela grave crise do capitalismo, na fase em que sua potência máxima, os EUA, apresenta claros sinais de esgotamento.

1. A universidade na história

A universidade ocidental, surgida no final da Alta Idade Média, quase simultaneamente com o aparecimento dos estados nacionais, veio a se consolidar, com o tempo, como uma singular instituição social. Segundo Anísio Teixeira, a singularidade está em que ela se afirma, na história, como a principal instituição encarregada do processo contínuo de organização e reorganização da cultura, cultura considerada como tudo que o ser humano produz em sociedade.

Decorre dessa concepção que o atraso na criação da universidade é um importante fator para a pouca percepção, em particular no caso brasileiro, dos liames que unem cultura e universidade, o que resulta, no nosso caso, em uma espécie de desenraizamento entre universidade e nação, decerto responsável pela pequena importância que damos, no Brasil, até hoje, à construção de um sistema nacional de ensino superior.

Iniciada no ambiente das catedrais e mosteiros católicos, em torno do século X, a universidade encarrega-se, originalmente, da recuperação e da conservação de textos do passado. A referência, para tal recuperação é a Grécia Antiga que, no século V a. C., atingiu o auge em avanços no conhecimento, tanto que muitos situam essa fase como precursora da universidade ocidental.

Após a destruição da Biblioteca de Alexandria, em 48 a. C., devem-se aos árabes a recuperação de grande parte dos registros lá preservados, com destaque para a obra de Aristóteles (384 a.C – 322 a.C.). No ambiente dos mosteiros, desde antes do século XI, já ocorria o trabalho dos copistas, de transcrição de textos antigos para o latim. Foi nesse ambiente que se deu a construção da cultura da Escolástica.

No processo de transmissão da cultura do passado ao presente, foi o ensino a primeira tarefa atribuída à *universitas* que, desde seu início, até o século XIV, consolida-se como uma corporação de ofício especial, lugar da transmissão da experiência dos mestres artesãos para os aprendizes, em que saberes práticos eram ensinados com o objetivo, tanto de preservar o saber técnico existente, quanto aplicá-lo às necessidades práticas mais imediatas. De fato, a *universitas* é pioneira em uma atividade que, mais tarde, com a gradual incorporação do conhecimento científico à elaboração das técnicas, constitui o que chamamos, a partir do século XVIII, de tecnologia. A *universitas* diferencia-se, portanto, das demais corporações de ofícios cujo foco principal era o monopólio do comércio, pois é para ela que convergem os sábios do tempo, um tempo em que ciência, filosofia e da religião ainda não possuíam demarcações muito nítidas.

No seu percurso medieval, a universidade vai se conformando à exigência da formação de quadros especializados que, afinal, são aqueles que iriam prover o suporte técnico cuja resultante é a superação do feudalismo pelo capitalismo. Isso porque a ação da *universitas* favorece a formação crescente de excedentes de produção nos domínios feudais, em decorrência do aperfeiçoamento de implementos de apoio às técnicas de preparação da terra para o plantio. A essa corporação especial deve-se, também, o surgimento de novas ocupações técnicas nos surgentes núcleos urbanos. A consequência mais marcante da criação de excedentes no campo é, precisamente, o florescimento das cidades. Então, na medida em que se dá o avanço do processo de urbanização, isso enseja a consolidação dos estados nacionais, e as universidades crescem e se espriam por toda a Europa medieval.

Em síntese, ao estado nacional interessa o fortalecimento da universidade medieval, por conta de que ela contribui para o aperfeiçoamento dos quadros especializados de que ele necessita para sua expansão e consolidação. Simetricamente, também interessa à universidade o fortalecimento do estado, porquanto é isso que garante o suporte material para sua expansão e prestígio. O outro lado da moeda é o crescimento do anseio das comunidades universitárias por pensar autonomamente e dirigir a universidade, o que significa vislumbrar novos caminhos para a instituição e para a sociedade na qual se acha inserida; nessa dinâmica, cresce o acirramento de tensões entre a universidade, a igreja católica e o estado.

Assim, a universidade começa a pleitear a autonomia, cujo marco inicial é a luta renhida, levada na Universidade de Paris que, em meio a uma greve estudantil de dois anos, marcada por duro enfrentamento com a população do entorno, levou o Papa Gregório IX a editar a bula *Universitas Parens Scientiarum*, datada de 13 de abril de 1231, que insere os primeiros laivos de autonomia nos estatutos de uma universidade.

Esta breve introdução histórica, que estabelece, em linhas gerais, a dinâmica da interação entre universidade, cultura e estado nacional, poderia prosseguir com a análise da evolução da universidade medieval para a universidade clássica, a qual inclui o período compreendido entre os séculos XVI a XVIII, em que a instituição entrou em franca decadência, na medida em que se operou o seu descolamento quase completo com a cultura de seu tempo. Atesta isso a constatação de que o crescente desenvolvimento experimentado pelas ciências na Europa, naqueles séculos, ocorreu praticamente à margem da universidade.

Somente no início do século XIX é que a Alemanha, ainda não unificada e em luta contra o jugo de Napoleão, elabora o plano de construção do estado nacional germânico, dentro do qual se a universidade renovada se inclui primordialmente, que tem na participação de Wilhelm Von Humboldt, que liderou a construção da Universidade de Berlim, a referência para o que hoje se denomina universidade moderna, com destaque para a presença da pesquisa entre suas atividades.

Até esse ponto do desenvolvimento da milenar instituição universitária, nada chegou, obviamente, a se incorporar ao processo de construção da educação brasileira, pois os poucos brasileiros que freqüentaram a universidade, na fase de colônia, tinham de se deslocar para Portugal.

Segue-se à universidade moderna a universidade contemporânea, marcada pela introdução das atividades de serviço e a ampliação territorial da ação de cada instituição, com base na ideia de multiversidade, com ênfase em atividades de pesquisa e de serviço, no interesse direto das comunidades situadas no entorno das universidades. Alfred North Whitehead (1861-1947), o filósofo e matemático britânico que atuou em Cambridge, no Reino Unido, e em Harvard, nos EUA, é considerado um dos principais mentores da chamada universidade de serviço, particularmente nesse último país. A ele se deve a formulação da ideia de universidade em ocorre a integração entre o ensino, a pesquisa e o serviço externo. Segundo (Whitehead, 1929), a universidade deveria absorver o anseio de progresso da sociedade e ser o lugar do encontro da imaginação com a experiência. A universidade contemporânea, para cuja conformação a reflexão dele muito contribuiu, deveria se envolver com a atualização das formas de reorganização da cultura, em consonância com os anseios da sociedade, termômetro para a garantia do apoio político do estado à continuidade temporal da instituição universitária.

2. A universidade chega tardiamente ao Brasil

Enfatizamos, até aqui, com Anísio Teixeira, que é da compreensão (ou falta dela) da conexão entre universidade, cultura, estado nacional e sociedade, que os altos e baixos da instituição universidade são verificados na história.

O fato de o Brasil não ter passado pela sequência acima descrita, da evolução da universidade, contribui para a falta de compreensão sobre o significado dela na dinamização do processo cultural nacional. Falta-nos o sentimento sobre a relação entre educação superior (pública ou privada) e a organização e reorganização da escola da cultura nacional, de que Anísio, genericamente, se refere. Para nós, a universidade parece ser uma instituição como qualquer outra, dentre tantas emperradas por uma burocratização que não está à altura do significado especial da universidade, sobre o qual Anísio Teixeira tanto nos chama a atenção. Segundo ele, os colégios jesuítas, desde cedo, ofereciam o ensino propedêutico às universidades de Coimbra e Évora, para onde iam poucos dos, assim chamados, portugueses nascidos no Brasil, que se desenvolviam na MetrÓpole, no seio de um mundo cultural distinto do nosso. Como esses portugueses nascidos no Brasil, tal como eram chamados os brasileiros que cursavam a Universidade de Coimbra, poderiam liderar um processo de construção das matrizes de nossa cultura? As matrizes de nossa cultura teriam que ser tratadas pela universidade centrada na realidade brasileira, do ponto de vista dos interesses do povo brasileiro. A esse respeito, vale observar que, para os primeiros cursos superiores, em Cirurgia e Anatomia, criados em nosso país, quando da chegada de D. João VI, em 1808, foram recrutados alunos que mal sabiam ler! Mesmo com atraso, essa é a primeira vez em que esse dado cru da nossa realidade é enfrentado e superado pela “universidade”, bem ou mal introduzida no Brasil pela família real portuguesa, que para fugiu apressadamente para o Brasil, ante a perspectiva (que se concretizou) da tomada de Portugal por Napoleão Bonaparte.

Sobre os meandros da luta pela universidade, nos tempos do Brasil colônia, observa Anísio Teixeira:

Já nos referimos à resistência que o Brasil ofereceu à ideia de universidade. Habitando-se a somente tê-la na MetrÓpole, ao fazer-se independente viu reduzir-se o ensino superior a escolas especiais profissionais fora da universidade. Mas, ao mesmo tempo, buscou manter o ensino secundário acadêmico e humanístico. Como se preparariam os professores para esse ensino secundário? (Teixeira, 1994)

A falta de uma universidade prejudicaria a fixação das matrizes culturais da terra brasileira, e isso faria definhar todo o processo educativo, no Reino do Brasil, segundo Anísio. Pergunta-se, pois: será que a Universidade Brasileira, depois da proclamação da República, está se dando conta, na medida de nossas necessidades nacionais concretas, da conexão entre universidade, educação e cultura?

Só em 1934, com a organização da USP, mesmo que criada em meio ao viciado processo de acresção de cursos superiores isolados, é que tivemos o primeiro lampejo de renovação, particularmente na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Em 1935, instala-se a primeira

universidade moderna brasileira, a Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro, que desenvolvia atividades de pesquisa em todas as áreas, com destaque para a área de educação, com sua pesquisa dirigida para o objetivo do aperfeiçoamento do sistema de educação do então Distrito Federal, dirigido pelo próprio Anísio, até o final de 1935.

Segundo Anísio:

A universidade somente será de pesquisa quando passar a *reformular* a cultura que vai ensinar. Pode parecer excessivo dizer-se que a cultura humana tem de ser reelaborada para ser ensinada. Isso, porém, é literalmente verdade. Se trata de uma cultura própria e já existente, a transição é uma revisão e uma adaptação, pois toda cultura é ela própria um processo dinâmico. Mas se desejo transmitir uma cultura nova, não a posso transmitir pondo o aprendiz em contato com os *produtos* dessa cultura, mas tornando possível ele aprendê-la pelo processo de sua formação, de modo que ele, de algum modo, a reinvente, inserindo-a em seu modo de pensar.

Esse é o conceito chave da universidade moderna, que teve na Universidade de Brasília, mais uma vez com Anísio Teixeira, junto com Darcy Ribeiro, em 1961, a oportunidade de tentar reinstalá-lo no Brasil.

Dada a enorme heterogeneidade de nosso ensino superior, não podemos dizer, ainda, que exista uma universidade brasileira. Mesmo que a contribuição da universidade pública para o desenvolvimento científico, artístico e tecnológico da Brasil seja muito relevante, na atualidade, isto não significa que o seu extrato mais avançado já atinja plenamente a condição desejável de universidade de pesquisa.

Para chegarmos ao nível mais elevado atingido pela universidade contemporânea, ainda precisaríamos acrescentar a característica da “universidade de serviço”, na concepção de Whitehead, que a formulou e iniciou, principalmente nos EUA, a partir da década de 1920.

Do ponto de vista dos extratos médios da sociedade brasileira real, a ênfase na questão da universidade costuma ser colocada em relação ao atendimento da demanda das famílias por cursos superiores para seus filhos, no pressuposto de que educação superior é capaz de promover a ascensão social a todos que nela conquistam um diploma. É um sacrifício que, em geral, as famílias de classe média se obrigam de forma ilimitada, porém, a universidade precisa ser mais que isso. É uma instituição especial que não pode ser concebida como um lugar para a simples obtenção de diplomas que habilitem seus egressos ao mercado de trabalho, na suposição de o portador do diploma de nível superior ascenda necessariamente a posições privilegiadas na sociedade. Isso poderá, certamente, ser uma resultante do ensino superior, mas o fundamental é o ambiente de criação que a universidade proporciona àqueles que a frequentam, de modo que a imersão nela incentive o surgimento e a consolidação de lideranças técnicas, científicas, artísticas e políticas da nação.

Não é possível nos descuidarmos dessa vigilância em relação ao significado estratégico da universidade, para o desenvolvimento das forças vivas da nação. Nesse sentido, a autonomia é um

instrumento fundamental para o crescimento da universidade enquanto instituição de cultura. Se ela reorganiza mal a cultura, esse mal vai afetar todo o seu entorno, e é a permeabilidade entre universidade e seu entorno que viabiliza a sua continuidade enquanto instituição essencial para o desenvolvimento econômico, político e social de uma nação, em interação internacional.

A primeira instituição digna do nome de universidade surgida no Brasil, a Universidade de São Paulo (USP), só apareceu em 1934, mas foi a segunda, a Universidade do Distrito Federal (UDF), que encarnou mais profundamente a intenção de modernidade, com a introdução da pesquisa em todas as áreas de atuação, desde o início. No entanto, instalada em 1935, e desfigurada logo no segundo ano, a UDF só conseguiu sobreviver por quatro anos.

Embora a instalação da primeira universidade só ocorresse quase meio século depois da proclamação da República (1889), mais de quarenta projetos de universidade passaram pelo parlamento brasileiro, somente durante o período imperial (1822 a 1899). Isso atesta tanto a resistência dos setores mais conservadores à criação da universidade, quanto à compreensão da parte mais arejada das elites a respeito da necessidade da universidade, para que pudéssemos construir um universo cultural autônomo, a partir da proclamação da independência de Portugal, em 1822.

A UDF foi derrotada em 1939, sufocada pelo burocratismo do Ministro da Educação Gustavo Capanema que, para extingui-la, durante o período fortemente autoritário do Estado Novo, instituído em 1937 pelo governo Getúlio Vargas, usou o pretexto de que a renovadora UDF era uma instituição fora do padrão estabelecido burocraticamente pelo Ministério de Educação e Cultura para a universidade brasileira.

A iniciativa que a essa se seguiu, na direção da universidade de pesquisa entre nós deu-se com a criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1961. Considerada o projeto máximo da intelectualidade brasileira, liderado por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, a construção da UnB também seria interrompida de forma truculenta, pelos militares que derrubaram o governo constitucional do presidente João Goulart, em abril de 1964. Semelhantemente ao que se deu com a UDF, o projeto original da UnB foi destruído em 1965, também depois de quatro anos de sua instalação, após memorável resistência de seus docentes e estudantes.

O importante, nos casos da UDF e da UnB, é que a memória desses processos de renovação persistiu, de modo que, mesmo parcialmente, outras universidades, com destaque para as do setor público, foram incorporando, com o tempo, a essência das transformações trazidas pela curta experiência de ambas. Segundo (Ribeiro, 1975), a despeito do lado positivo acima ressaltado, o processo institucional que tentou aproveitar a estrutura da UnB para promover a Reforma Universitária no Brasil, em 1968, foi, sobretudo, uma farsa. Em consequência, o sistema privado, à

base de instituições isoladas de ensino superior, começou a acelerada progressão que prossegue até os dias atuais.

Outra pergunta crucial de Anísio Teixeira, o educador brasileiro que, desde o final da década de 1920, liderou a luta pela a escola pública universal e gratuita no Brasil, é a seguinte: sem a presença da universidade, quem poderia elaborar ou reorganizar a cultura, e projetar o ensino dessa cultura reorganizada nas instituições educativas brasileiras? Ao formular essa questão, o educador introduz, em sua extensa obra, o importante critério para a análise de padrão educacional, fundado no exame das relações entre cultura, educação, universidade e projeto nacional. Os detalhes desse enfoque encontram-se, desenvolvidos por ele, principalmente em sua obra póstuma *Educação Superior no Brasil*, surgida em 1989, com importante reedição crítica, a cargo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2005.

No presente, dada a heterogeneidade de nossas instituições ditas de ensino superior, estamos, certamente, cada vez mais desautorizados a usar a expressão *universidade brasileira* para englobar todas as 2,4 mil instituições públicas ou privadas que, em 2012, atuavam no país, mas iremos insistir em utilizá-lo, talvez movido pela esperança de que, em um longínquo mas desejado dia, a expressão possa fazer algum sentido.

3. Instituições do ensino superior brasileiro submetidos a critérios das bolsas de valores

Chega a um limite perigoso de vulgarização e de desnacionalização o fato de que nosso ensino superior que, em 2012, atendeu a 7 024 238 alunos, sendo 5 140 312 (73,2%) no setor privado e 1 883 926 (26,8%) no setor público, esteja cada vez mais dominado por instituições mantenedoras com fins exclusivamente lucrativos.

Anísio Teixeira, que primava por não adotar imprecisos critérios de aferição da qualidade da educação, preferindo a colocação da questão em termos da interação escola-cultura, formula mais uma crucial questão, a saber: que cultura estamos tencionando transmitir, e reorganizar, no próprio processo de sua transmissão, através de nossas atuais instituições de ensino superior? Torna-se preocupante o rumo tomado pelas instituições privadas de ensino superior em nosso país, se observadas à luz da precedente questão formulada pelo educador. Os dados oficiais ainda não consolidados, revelam que, no ano de 2013, o modo de crescimento de nosso ensino superior expressa uma tendência à base do que Naomar Almeida-Filho (2012) chama de empresas *vikings*¹, que estão a invadir a educação brasileira, aproveitando-se dos incentivos do governo federal, via os

¹ Segundo Naomar, “Durante grande parte da Idade Média, os vikings eram o terror das populações costeiras européias, do Báltico ao Mediterrâneo. Predadores cruéis, diferentemente de outros povos ditos bárbaros, não lutavam para conquistar territórios ou em nome de sua religião, mas guerreavam com o objetivo de saquear, fazer escravos e destruir o que não pudessem carregar nos seus rápidos, elegantes e esguios barcos à vela redonda.”

programas Prouni e Fies, que têm qualidades, mas que também se prestam a deformações do tipo que a seguir evidenciamos. Afirma Naomar:

Aceito que certamente alguns sujeitos e iniciativas individuais portadoras de altos valores universitários fazem parte eventual e circunstancialmente de empreendimentos corporativos no campo da educação superior. Não obstante, no plano geral, a metáfora se justifica ao considerarmos que se trata de capital de investimento sem bandeira ou nação. Em princípio, esse capital não tem compromisso com valores acadêmicos ou humanísticos, exibindo o objetivo declarado de disputar espaço num mercado bem ou mal já ocupado por empreendedores nacionais.

Verifica-se, de fato, um grande e muito rápido avanço de empresas estrangeiras, com característica *viking*, no ensino superior privado. De acordo com a nota pública lançada pela UNE e pela UEE-SP, em 26/08/2013:

Hoje três grupos estrangeiros monopolizam o setor: o grupo Estácio, administrado pelo GP Investments, com 330 mil alunos; o grupo Kroton-Anhanguera, do Blackstone Found e Advent Internacional, com 989,7 mil alunos; e a Laureate, do fundo KKR, com seus, 216 mil alunos. Se somados os números das matrículas nas mãos de grupos estrangeiros, teremos uma marca alarmante. São cerca de 1 546 000 vagas do ensino superior brasileiro, isto é, em torno de 20% do total, em 2013, que estão à mercê dos interesses de empresas multinacionais com ações em bolsas de valores.

Segundo o mesmo documento, verifica-se uma grande escalada de fusões de instituições educacionais privadas brasileiras com empresas americanas *vikings*, isto é, entidades cuja atuação precípua não é na área de educação, mas que se beneficiam de isenções de impostos federais. As principais preocupações, diante desse quadro, são as seguintes:

1. O que se esperar, no sentido da reorganização da cultura nacional - papel essencial da universidade -, por parte de empresas estrangeiras cuja preocupação principal não é, nem com educação nem com cultura? Torna-se temerário o reflexo da futura atuação cultural, na vida nacional, dos egressos de uma instituição desse tipo, por conta do desenraizamento induzido pelo do próprio processo de formação a que estão submetidos;

2. Em dados de hoje, 20% dos estudantes do nosso ensino superior, cidadãos brasileiros, estão investindo em um futuro incerto, desde que dependem de incertas expectativas advindas de operações em bolsas de valores. Por exemplo, há um ano, as empresas de Eike Batista estavam, aparentemente, em situação excelente. Só que, um ano depois, praticamente o império desmoronou, segundo a imprensa propala. Imaginemos que a manutenção de alguma universidade estivesse na dependência de significativo investimento de uma dessas empresas!

É inadmissível que esteja pairando sobre nossas cabeças o espectro da falência ou de fraudes fiscais de mantenedoras de ensino superior, algo que tem probabilidade relativamente alta de ocorrer, dada o atual quadro de instabilidade econômica mundial. Isto significa que as vidas de um milhão e meio de alunos e suas famílias encontram-se sob situação de grande instabilidade, à custa do incentivo fiscal proporcionado pelo governo;

3. A lógica de um empreendimento mantenedor de educação dessa natureza conduz a um elevado nível de precarização das relações de trabalho, nas categorias de professores e demais profissionais da educação, na medida em que sequer são mais identificáveis os interlocutores, nas negociações entre empregadores e empregados. Sem dúvida, isso que significa um retrocesso inadmissível.

A citada nota conjunta da UNE e da UEE-SP, ainda mais detalha:

O grupo educacional norte-americano Laureate International Universities, controlado pelo grupo de investimentos estadunidense KKR, abocanhou mais uma importante instituição de ensino privada brasileira, a FMU.

Em comunicado divulgado esta semana, o Complexo Educacional FMU, que reúne as Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), Faculdades Integradas de São Paulo (FISP) e Faculdades Integradas Alcântara Machado e Faculdade de Artes Alcântara Machado (FIAM-FAAM), e possui cerca de 90 mil alunos matriculados, assume “protocolo de aliança”, com a multinacional. O valor da negociação foi de R\$ 1 bilhão.

Com a compra da FMU, a múlti ultrapassa as 216 mil matrículas no ensino superior em diversas regiões do país, ampliando ainda mais a monopolização do setor em mãos estrangeiras.

A FMU é a 12ª aquisição realizada pela múlti norte-americana desde 2005, quando adentrou no mercado brasileiro a partir da compra da Universidade Anhembi-Morumbi, por cerca de R\$ 2 bilhões.

Esse foi o segundo maior bloco de desnacionalização do ensino privado brasileiro, perdendo apenas para a fusão entre a Anhanguera e Kroton em abril deste ano. Com quase um milhão de alunos matriculados, este conglomerado tem como principais fundos de investimento o Blackstone Found e o Advent Internacional.

4. Tipos de instituição de ensino superior brasileiras quanto à sua administração

As instituições de ensino superior no Brasil são bastante variadas, configurando um quadro que escapa a qualquer tentativa de disciplinamento, por mínima que seja, na medida em que a vinculação com o capital financeiro as fazem quase inexpugnáveis. Isto porque, se o poderoso setor financeiro nacional controla, indubitavelmente, a política no país, faz com que o setor privado do ensino superior, por consequência, torne-se, também, poderoso, à medida em que vai se tornando um monopólio, impulsionado por poderoso lobby no Congresso Nacional. Tanto que a inexistência de um sistema nacional de ensino superior, tentado recentemente, foi boicotado pelo setor privado, para que nada pudesse se interpôr a sua expansão, cada vez mais financiada com verbas públicas. Uma exigência, porém, para uma instituição de ensino superior, é que, de alguma maneira, esteja

envolvida com o compromisso de organizar e reorganizar continuamente a cultura, entendida como toda a produção simbólica produzida socialmente, em nosso país. Pergunta-se: a que cultura se vincula uma instituição ancorada no ambiente das bolsas de valores?

A seguir, apresentam-se duas classificações das instituições de ensino superior brasileira, bem assim um quadro organizado pelo autor, com o auxílio, naturalmente impreciso, já que tomado do Wikipedia.

Tipos de instituição quanto a sua administração:

a - Instituições Públicas (ou Estatais): mantidas por alguma esfera do Poder Público.

Civis: mantidas pelo União (Federal), por uma **Unidade Federativa** (Estadual) ou por um Município (Municipal).

Militares: mantidas pelas Forças Armadas (Exército, Marinha, Aeronáutica) ou por corporações militares, como as polícias militares.

b- Instituições Privadas: são mantidas por Instituições que não são vinculadas ao Poder Público. Podem ser: *Comunitárias e/ou Filantrópicas:* também chamadas de Beneficentes, são mantidas por entidades sem fins lucrativos, sendo que uma Instituição Comunitária é aquela em que há em seu corpo diretivo pessoas a fim de defender os interesses da comunidade onde ela atua e Instituição Filantrópica é aquela que desempenha atividades, paralelas ou em conjunto com o Estado, sem ser remuneradas, podendo ser Laicas (sem vínculo religioso) ou Confessionais (mantidas por instituições religiosas).

Particulares em Sentido Estrito: instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas e/ou jurídicas de direito privado, constituem-se em entidades de caráter comercial, sendo esta apenas sua missão maior, não sendo obrigadas a fazer atividades de cunho beneficente, embora, se quiserem, possam lhes desempenhar.

Tipos de instituição de ensino superior quanto à sua natureza:

Esta é a atual classificação adotada pelo Ministério da Educação.

Universidades são instituições cujas atividades-fim são o ensino, a pesquisa e a extensão em todas as áreas do conhecimento humano.

Centros universitários são instituições de ensino em todas as áreas do conhecimento humano, não sendo obrigadas a desenvolver pesquisas.

Institutos são instituições de ensino, pesquisa e extensão ^[1] que não cobrem todas as áreas do conhecimento humano.

Faculdades Integradas são instituições de ensino com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, não sendo obrigadas a desenvolver pesquisas.

Faculdades são instituições de ensino que não cobrem todas as áreas do conhecimento humano e não são obrigadas a desenvolver pesquisas.

Escolas são instituições que oferecem um ou mais Cursos de Graduação em uma área específica, não precisando fazer pesquisa.

Unidades da	Universidades, Centros Universitários, Institutos, Escolas, Faculdades	Institutos
-------------	--	------------

Federação	Integradas, Faculdades					Federais
	Federais	Estaduais	Municipais	Comerciais	Filantrópicas e/ou Comunitárias	
Acre	1			5		1
Alagoas	1	2		3		1
Amapá	1	1		6		1
Amazonas	1	1		14	2	1
Bahia	6/1**	4/1	1	45	7	2
Ceará	3	3		18	7	1
Distrito Federal	1	1		16	1	1
Espírito Santo	1			13	10	1
Goiás	1	1	1	17	5	2
Maranhão	1	2		8	1	1
Mato Grosso	1	1		12		1
Mato Grosso do Sul	3	1		6	1	1
Minas Gerais	11/1**	3		26	36	3
Pará	4/1	1		22		1
Paraíba	2	1		34	1	1
Paraná	3	9		27	8	1
Pernambuco	3	12	21	71*		2
Piauí	1	2		11		1
Rio de Janeiro	5/5**	4	1	6	27	3
Rio Grande do Norte	2	1		13	1	1
Rio Grande do Sul	7	1		16	26	3
Rondônia	1			18		1
Roraima	1	1		4		1
Santa Catarina	2	1	4		18	2
São Paulo	3/2**	7/1	28	39	54	1
Sergipe	1	1			14	1
Tocantins	1	1		13		1

* Estão contadas conjuntamente as duas colunas das instituições privadas

** O número no denominador indica entidades de ensino militar ou policial

5. Referências

Almeida-Filho, Naomar. Rankings, Vikings, Masters & Colleges: Dilemas da Universidade Brasileira no Contexto da Internacionalização. In: José Luiz Villar; Remi Castioni. (Org.). O Projeto da UnB e a Educação Brasileira - Diálogos entre Anísio e Darcy. 1ed. Brasília: Verbena Editora, 2012, p. 218-244.

Teixeira, Anísio. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

Whitehead, Alfred North. *The Aims of Education and Other Essays*, New York: Macmillan, 1929.

Wikipedia,

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_institui%C3%A7%C3%B5es_de_ensino_superior_do_Brasil, acesso às 17:00 h de 17 de julho de 2016.

